COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.038, DE 2015

Denomina "Viaduto Alcides de Freitas Assunção" o viaduto localizado na BR-153 na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autor: Deputado BALEIA ROSSI

Relator: Deputado OTAVIO LEITE

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Baleia Rossi, visa denominar "Viaduto Alcides de Freitas Assunção" o viaduto localizado na BR-153 na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Submetida à apreciação conclusiva das Comissões, conforme o art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a iniciativa foi distribuída à Comissão de Viação e Transportes e à Comissão de Cultura, para a análise do mérito, assim como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Cultura.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição em exame, de autoria do nobre Deputado Baleia Rossi, pretende homenagear o Sr. Alcides de Freitas Assunção, dando ao viaduto localizado na BR-153, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, o nome de "Viaduto Alcides de Freitas Assunção". Para esse fim, lembra a história deste cidadão paulista, que se tornou um empreendedor reconhecido em todo o Estado de São Paulo ao fundar a Transportadora Assunção, uma empresa de destaque em transporte rodoviário de cargas.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem nos parece justa e oportuna. Alcides de Freitas Assunção faleceu no dia 1º de maio de 2007 e teve, ao longo da vida, destacada atuação no transporte rodoviário de cargas; informação esta que é corroborada pela Câmara Municipal de São José do Rio Preto-SP, a qual, através de ofício em anexo com Moção de apoio, demonstrou o apoio popular à iniciativa encetada, atendendo então às recomendações da Súmula nº 1, de 2013, desta Comissão de Cultura, que recomenda apenas a aprovação de propostas de denominação que venham instruídas com prova clara de concordância da população local.

Sob o ponto de vista legal, não encontramos qualquer óbice à aprovação da matéria.

A Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do PNV, determina que as estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, conforme a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Esse dispositivo legal, em seu artigo segundo, também admite que seja dada à estação terminal, obra de arte ou trecho de via, supletivamente e por lei, designação de um fato histórico ou de **nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade**.

O projeto está também de acordo com a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, no que estabelece o seu art. 1º:

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela

defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Assim, diante do exposto, o voto é favorável ao projeto de Lei nº 3.038, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado OTAVIO LEITE
Relator